

Reflexões sobre a produção mercadológica do espaço urbano da área central histórica de Florianópolis

Reflexiones sobre la producción de mercado del espacio urbano en el centro histórico de Florianópolis

Sessão Temática: Patrimônio e Memória

COLOSSO, Paolo; Arquiteto e Urbanista; Universidade Federal de Santa Catarina
paolo.colosso@ufsc.br

FERNANDES, Bárbara Guimarães; Arquiteta e Urbanista; Universidade Federal de Santa Catarina
barbara.fernandes@posgrad.ufsc.br

SANTOS, Aretha Lecir Rodrigues dos; Arquiteta e Urbanista; Universidade Federal de Santa Catarina
aretha.rodrigues@posgrad.ufsc.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de comercialização da imagem das áreas urbanas centrais que carregam identidade e memória como atrativos turísticos voltados para a promoção da cidade enquanto produto. A utilização insistente dos bens culturais em sua forma mercadológica, orientada para o turismo e marketing urbano dispõem as edificações protegidas como uma vitrine de produtos culturais engarrafados e a área central histórica como um parque de diversões, resultando na expulsão de habitantes locais e grupos minoritários que se relacionam com a cidade. Esta observação é feita a partir de estudos de especialistas em Direito à Cidade e Patrimônio Cultural. A fundamentação crítica a respeito desses conceitos relacionados procura entender as estratégias de promoção e uso do patrimônio cultural em áreas centrais históricas na atualidade e como estes se relacionam com a conservação da identidade e memória sociocultural da cidade frente às necessidades e dinâmicas locais atuais.

Palavras-chave (3 palavras): Direito à Cidade, Centro Histórico, Patrimônio Cultural.

Abstract

This paper aims to analyze the process of commercialization of the image of urban central areas that carry identity and memory as tourist attractions aimed at promoting the city as a product. The insistent use of cultural goods in their marketing form, oriented towards tourism and urban marketing, makes the protected buildings a showcase for bottled cultural products and the historic downtown area as an amusement park, resulting in the expulsion of local inhabitants and minority groups that relate to the city. This observation is based on studies by specialists in the Right to the City and Cultural Heritage. The critical foundation regarding these related concepts seeks to understand the strategies of promotion and use of cultural heritage in historic central areas today and how these relate to the conservation of the city's sociocultural identity and memory in the face of current local needs and dynamics.

Keywords: Right to the City, Historic Center, Cultural Heritage.

1. Introdução

O Plano Diretor de 2014 de Florianópolis, apesar de trazer zoneadas no centro as Áreas de Preservação Cultural, abrangendo a delimitação dos Conjuntos Urbanos, protegidos por decreto municipal de 1986¹, não funciona como um instrumento completo para a gestão dessas áreas. A região central de Florianópolis possui uma dinâmica comercial muito ativa, atraindo os mais variados serviços, em sua grande maioria encontrados somente nesta localidade da cidade, portanto, sendo o referencial mais expressivo e de combinações complexas de usos e ocupação do solo. No centro fundacional percebe-se a predominância das áreas de uso exclusivamente comercial, que encontra-se com áreas de uso misto onde coexistem habitação e comércio, tendo a edificação mais de um uso. O centro também é rico em áreas institucionais e áreas verdes de lazer, sendo proporcionalmente bem distribuídas espacialmente (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Ainda, com todos esses descompassos, atualmente a porção leste do centro histórico, peça central da discussão deste artigo, localizado ao leste da Praça XV de Novembro, possui uma dinâmica de ocupação ativa na parte diurna e uma crescente ocupação de lazer no horário noturno, caracterizado por uma diversidade de usuários e se encontra em processo de disputa de narrativas trazidas pelo setor privado amparado pela municipalidade da necessidade de "revitalização", onde o estopim para a mudança das dinâmicas atuais do local foi suscitada com o anúncio de obras que viriam a alterar a estética do traçado urbano, compostos de paralelepípedos de granito históricos em substituição por um material de qualidade inferior que reproduz uma estética unificada destinado a uma venda imagética de um centro histórico renovado para o turismo, com o propósito de atrair novos consumidores e expulsar os atores

¹ Refere-se ao Decreto Municipal nº 270/1986, onde: Tomba, como patrimônio histórico e artístico do município, conjuntos de edificações existentes na área central do território municipal.



que de fato vivem e constroem o espaço, ignorando completamente os agentes da produção do espaço urbano e as relações simbólicas que nele ocorrem.

Recuperar a vitalidade do centro de uma cidade é uma tarefa complexa. É preciso assumir que essa região não voltará a ser a principal centralidade da cidade ao mesmo tempo que não se pode ignorar a importância histórica da área. Para Bomfim:

O centro tem um significado simbólico, em função da presença do patrimônio histórico e cultural, o que é claramente cabível como justificativa política e social para a aplicação de recursos públicos no processo de recuperação para determinados grupos sociais. (BOMFIM, 2004, p. 39)

Porém, neste caso, a manutenção da memória urbana não é a justificativa utilizada pelo poder público para o retorno de investimento na região como feito no passado. A produção do espaço urbano tal qual se conhece hoje é construída por diferentes agentes e um processo de dimensões como a da reabilitação ou requalificação de centralidades históricas precisa de entendimento e colaboração, domínio técnico por parte dos agentes públicos, pressão popular e colaboração de todos os cidadãos que usam o espaço.

O presente artigo procura trazer algumas reflexões sobre a produção do espaço urbano de Florianópolis que está em constante transformação e como esta questão se envolve com a disputa de narrativas do território e com o processo de comercialização de imagem turística do centro histórico leste da cidade de Florianópolis relacionando aspectos a partir das lentes do Direito à Cidade em áreas históricas de David Harvey e Françoise Choay.

1. O processo de produção do espaço urbano da área central histórica insular de Florianópolis

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, localizado na região sul do Brasil, tem sua economia fundamentada em atividades como comércio, prestação de serviços e turismo, decorrente de suas belezas naturais conservadas e mais recentemente no mercado de tecnologia da informação, sendo polo digital de diversas empresas, as chamadas incubadoras. (NDMais, 2021).

Figura 1: Localização da cidade de Florianópolis, sul do país.



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2021.

Segundo Veiga (2010), o desenvolvimento urbano local partiu timidamente a partir da Praça XV de Novembro por ser estrategicamente posicionada, seu crescimento se aproveitou da exploração de terras a partir da navegação com a construção de fortes e fortalezas para a defesa da ilha. Em meados de 1750, uma onda migratória de açorianos foi distribuída pelas freguesias existentes, consolidando uma população urbana e conseqüentemente, como cidade, não demorando muito para se tornar capital da província de Santa Catarina. No século XX a ilha passou por diversas transformações importantes graças à estabilização da economia como a implantação de energia elétrica, captação de água e esgoto, construção da segunda e terceira ponte que ligam a ilha ao continente e aterros da década de 1970.

O desenvolvimento urbano de Florianópolis passou por períodos de estagnação e revolução arquitetônica e urbanística, uma vez que somente edifícios públicos com notório estilo arquitetônico sobreviveram às evoluções construtivas na cidade, tornando possível as camadas temporais construtivas se sobrepondo no desenho urbano de novos períodos, logo, a preservação em termos institucionais, embora tardia em comparação com outras capitais, procurou ainda nos moldes da monumentalidade arquitetônica, proteger a legibilidade urbana do núcleo fundacional em sua possibilidade, resultado dos resquícios históricos que ainda temos registros.

2. A imagem do centro histórico leste de Florianópolis

A Lei Complementar nº 482 de 2014, o Plano Diretor, determina a gestão da preservação do patrimônio cultural de natureza material do município de Florianópolis, aliando aspectos do



Fonte: Magagnin, 2021.

Essa proposta está sendo questionada em diversas esferas da sociedade civil, administração pública e órgãos de patrimônio histórico e cultural. Do ponto de vista do Patrimônio Cultural, a proposta parece não ter passado por consulta aos órgãos responsáveis em outras esferas além da municipal, ignorando e modificando aspectos históricos, arquitetônicos e urbanísticos locais. No caso da sociedade civil, não houve pesquisa das necessidades dos usuários e nem participação colaborativa na construção do projeto. O impedimento da continuidade da execução do projeto proposto veio através do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), que notificou a necessidade de aprovação dos órgãos técnicos responsáveis pela preservação histórica em seus níveis representativos (MPSC, 2021).

Do ponto de vista da acessibilidade universal na reconversão de espaços urbanos históricos, compreende-se que esta é uma atividade complexa. Inclui diversas decisões projetuais que buscam a inclusão e utilização do espaço por todos, domínio por parte do corpo técnico e pressão pelo uso desses espaços por parte dos usuários. A adaptação de edificações e áreas centrais históricas para a acessibilidade deve ser realizada, sempre que possível, possibilitando o acesso universal e reforçando a ideia de independência do indivíduo e a aproximação dos grupos na sociedade, proporcionando qualidade de vida e inclusão a pessoas de todas as capacidades, lembrando os princípios do Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2001; GERENTE, 2005).

Além disso, a própria forma proposta de revitalizar este centro histórico para o turismo tem o propósito de atrair novos usuários desconsiderando as relações simbólicas e as vivências ativas do espaço, ignorando completamente as qualidades urbanas existentes e até mesmo estudos propositivos acerca da área feito por especialistas.

Nota-se que o Centro Leste historicamente sempre esteve dentro de uma disputa de narrativas e memórias dentro do território urbano central. Compreende-se que a partir dos primeiros anos em que a cidade de Florianópolis passou a ter o planejamento urbano como política pública essa localidade não recebeu o mesmo tratamento urbano e arquitetônico que a parte oeste do centro, onde o adensamento foi incentivado e criou-se a área conhecida como Beira-Mar Norte, um dos metros quadrados mais caros da cidade. No passado, a região leste do centro recebeu a população pobre, migrante e escravizados recém alforriados

As edificações de linha simples e volumetria modesta que compunham os bairros mais próximos do morro tiveram uma locação mais orgânica, e, portanto, menos rígida, pois foram ocupadas por uma população muito humilde que acomodou-se ao curso sinuoso do pestilento rio da Fonte Grande. A área leste e ao fundo da Catedral manteve-se por algum tempo ocupada por “moradinhas” e cortiços, que só desapareceram com as medidas de saneamento urbano adotadas no final do século XIX e início do XX. (VEIGA, 2010, p.209)

As nascentes de água que existiam na região conhecida hoje do Maciço do Morro da Cruz, morro, abasteciam de água o centro da cidade através do Rio da Bulha, onde hoje passa a Avenida Hercílio Luz e marcou as reformas higienistas inspiradas nos planos parisiense e carioca, que segregou ainda mais a população empobrecida com discursos pautados na “limpeza da região”. Essa parte da cidade passou por constantes obras de saneamento por conta das inúmeras tentativas de higienização da localidade, forçando o processo de expulsão da população local, que então encontraram nos morros centrais a alternativa para morar. A canalização do Rio da Bulha seguido do processo de fechamento para a implantação do passeio da Avenida Hercílio Luz é um exemplo representativo da remoção dessa população com o discurso de desenvolvimento e modernização da cidade, não dando soluções para a ocupação desorganizada dos residentes menos privilegiados. Esse processo segregatório se repete na cidade de Florianópolis até hoje.

Nos últimos anos vemos a retomada do espaço público da área leste com a localização de bares temáticos, que conduzem os usuários a socializar na rua. Uma parcela considerável de usuários hoje encontrou esse lugar como um espaço de lazer. O desconforto dos moradores locais, ainda que cientes da forma de ocupação, é traduzido então em ataques coordenados da polícia militar em dispersar as pessoas da rua e coerção para o fechamento dos estabelecimentos. Também, se recorre à leitura das edificações e reconversão destas para os usos do espaço urbano que permanecem no Centro Leste, ora passagem, ora permanência, ora lazer, ora trabalho, bem como o reconhecimento da população que se apropria e mora no centro, que possui um perfil semelhante na maioria das capitais. Entende-se então quais são os interesses de manutenção de histórias e narrativas locais constantemente desvalorizadas.

Sendo assim, compreende-se que a apropriação do espaço, a consciência do Direito à Cidade e as relações dos usuários com o lugar são entendimentos e práticas poderosas para reverter a dominação do meio urbano por determinados atores em detrimento de outros, de forma que seja promovida de fato uma reabilitação contínua de conjuntos e memórias. Destacando a

argumentação de Bonduki (2010, p. 316) para o caso de Florianópolis: é “predominante a visão de que o lugar dos pobres é nas periferias e que a recuperação dos núcleos históricos deveria estar voltada prioritariamente para o turismo e as atividades culturais”, e que se ao destinar o centro histórico e o patrimônio cultural para a especulação é condicionar a cidade a uma homogeneidade de usos, no engessamento do funcionamento restrito ao mundo corporativo, se descolando completamente da realidade local.

3. A área histórica central como produto mercadológico

O reconhecimento da área histórica central é um fato: constitui-se num patrimônio histórico, cultural, etc., além da garantia de infraestrutura urbana e melhor acessibilidade. É um material necessário para entender a história do local e estabelecer a identidade sociocultural, portanto, a associação que deve ser feita aos edifícios que compõem a cidade e seus atores locais, no espaço urbano é o direito coletivo de apropriação e uso, bem como o que for cabível. O discurso que é colocado sobre a degradação do centro antigo se faz presente em vista da motivação dos interesses do capital imobiliário em busca de novos investimentos públicos, garantindo a abertura de novas frentes de empreendimentos nessa região, incomodada com a priorização do usuário, como na presença de pedestres e trabalhadores na região, resultado do desenvolvimento dos comércios formais e informais na área. A partir do momento em que essa prática é evidenciada e colocada em discussão frequente, surgem iniciativas de revitalizar os centros históricos. Porém, a insistente utilização do bem cultural como moeda mercadológica, remontado a uma alegoria voltada para o turismo de uma forma colecionável e descartável, descaracteriza o real propósito da defesa de áreas culturais e conservação de edificações tombadas e inventariadas sob teor cultural importantes para a memória urbana. Logo, o significado da sua existência se desfaz, perdendo o sentido da real contribuição do espaço urbano (MENESES, 2006).

A forma de pensar a cidade como um modelo museal voltado para a venda de uma imagem, de um cenário construído para o turismo e economia local foi pautada em torno da interpretação do que poderia significar para as futuras gerações. Como alerta Françoise Choay no livro *Alegoria do Patrimônio* (2006), intervenções urbanísticas nas áreas centrais com intenções de se construir um cenário de memória é uma forma equivocada de preservação histórica. Para a autora (2006, p. 181), o cenário construído para a imagem da cidade é como se colocássemos o espaço como um grande monumento histórico com um “duplo e maravilhoso poder de enraizar seus habitantes no espaço e no tempo”, congelando seu entendimento histórico e desvinculando a memória urbana de seus habitantes locais.

Françoise Choay é professora e historiadora nascida na França nos anos 1920 e sua produção intelectual está centrada na historiografia das formas urbanas e arquitetônicas observando os aspectos que envolvem as transformações político sociais e como elas impactam na forma de desenvolver a cidade e construir uma perspectiva da história local como uma narrativa memorial para as gerações seguintes. Em seu livro referencial *Alegoria do*

Patrimônio, Choay descreve e relaciona os aspectos sensíveis ao patrimônio cultural ao desenvolvimento urbano das principais cidades que conduziram de alguma forma a construção do entendimento de preservação urbana e arquitetônica como parte da memória urbana.

Para Choay (2006, p. 224) quando se compara aos primeiros movimentos de preservação urbana, os atuais critérios de valoração do patrimônio edificado conduzem para o entendimento da função social da cidade histórica no espaço urbano e não somente pela sua função meramente ilustrativa, com o objetivo de “musealizar a própria cidade” ou como simbologia de um poder dominante, ignorando completamente seu caráter principal de memória urbana local. E na contramão dessa construção temporal de uma identidade local é presenciado um crescente esvaziamento dos centros históricos, núcleos do desenvolvimento local, por conta do estabelecimento de novas centralidades (CARDOSO, 2012).

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade. (CHOAY, 2006, pg. 191)

A atual preocupação de gestores do patrimônio cultural no que tange a conservação de edifícios com caráter histórico, estando no centro histórico é de que

A "embalagem" que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural. Assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e bairros antigos. (CHOAY, 2006, pg. 226)

Essa prática é percebida em diversas localidades que segundo Harvey (2005, pg. 173) adotaram a lógica do empreendedorismo na esfera pública para administrar as cidades. Em sua natureza, essa prática é "especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo". Logo, essas áreas que possuem a necessidade de constante manutenção para a segurança da memória urbana, se tornam atrações para o consumo e entretenimento. E nessa construção de uma aura, uma atmosfera atraente como um museu a céu aberto, é próprio prover atividades de consumo cultural em edifícios com teor histórico-cultural, sendo uma ideia socialmente bem vinda, legitimando o edifício e seu valor por tal utilização.

David Harvey é professor e geógrafo, nascido no Reino Unido nos anos 1930, logo no início de sua produção intelectual expressa as problemáticas sociais de uma perspectiva urbana relacionada aos conceitos da crítica ao capitalismo. Suas contestações sobre como a estrutura neoliberal se infiltra nas formas de produção do espaço urbano em “A produção Capitalista do Estado” é motor para o entendimento e desenvolvimento do ponto de vista adotado neste artigo. Harvey pontua alguns sintomas dessa prática dentro das estruturas do Estado – que viriam primeiramente a atender às questões do todo – voltado uma lógica

neoliberal e ao sistema capitalista de arrecadação de lucros como forma de desenvolvimento urbano.

Nesse aspecto, Harvey atenta que:

[...] sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente. (HARVEY, 2005, pg. 188)

E que para se sustentar esse modelo de cidade, os empregos criados não sucedem a melhora nos salários ou na distribuição de renda, sendo necessário até um “estímulo direto” do setor informal para a sobrevivência da dinamicidade das atividades que são propostas. Para o geógrafo, a singularidade do local se retroalimenta do desenvolvimento local divergente para que haja um antagonismo na produção do capital cultural. Como processo também identificado, as entidades não totalmente organizadas nessas localidades facilitam a entrada de uma comercialização da cultura. Logo, o protagonismo dos atores locais para o manutenção da memória urbana local e a rotina estabelecida com as atividades cotidianas, mas também atreladas às culturais, que trazem as pessoas para o centro em momentos de contemplação e lazer são decisivas para a permanência destas em detrimento da expulsão pelo discurso da degradação (HARVEY, 2005).

[...] Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. Esse espaço merece intensa investigação e cultivo pelos movimentos de oposição. É um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez do contrário.” (HARVEY, 2005, p. 239.)

A cidade por dentro dessa perspectiva possui essas camadas temporais visíveis na estrutura física e essas camadas sobrevivem e podem conviver pacificamente ou entram em conflito enquanto estrutura física, por conta dos usos desses espaços, questão fortemente ligada ao Patrimônio Histórico. A cidade neste contexto, se converte em um grande campo de forças, visto como um espaço de confrontos constantes, é um território cheio de tensões energeticamente ativo que envolve diversas camadas competitivas, sendo elas de teor econômico, político, social e cultural. As cidades possuem em sua natureza a complexidade das relações que são estabelecidas, o traçado da sua malha urbana, as formas de expressão arquitetônica e a relação desse campo físico de expressão com os homens e a relação deles uns com os outros.

Sustentando-se ainda na argumentação de David Harvey, a prática de obtenção de vantagem da cidade enquanto produto é conceituada como uma lógica capitalista de extração de renda monopolista, onde a cidade é conduzida pela prática do marketing urbano, se voltado ao turismo, tirando proveito de suas virtudes exclusivas da localidade, destacando suas belezas paisagística e por suas atividades criativas que rotulam um “novo” velho lugar. Em outras

palavras, a distinção local como característica competitiva que agrega ao capital simbólico se apropria de questões estéticas e de memória urbana do espaço que beneficiam certos grupos locais em detrimento de outros. (HARVEY, 2005)

A busca por essa renda leva o capital global a avaliar iniciativas locais distintas (e, em certos aspectos, quanto mais distintiva a iniciativa, melhor). Também leva à avaliação da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade, e de todos os tipos de outras dimensões da vida social incompatível com a homogeneidade pressuposta pela produção da mercadoria. (HARVEY, 2005, p. 237-238.)

Essa ideia de participar da cidade, das decisões coletivas de algo que não entra no imaginário do sujeito por uma série de razões históricas, onde projetos que não os incluem, que são completamente descolados da realidade, vinculados expressamente às classes dominantes. A cultura do patrimonialismo pode explicar essa volatilidade de interesses: as elites que uma vez não estão mais no centro velho e os agentes especuladores do espaço urbano no Brasil historicamente tendem a colocar o interesse privado sobre o público, buscando as dinamicidades de uso e não-uso. Villaça ao falar da história do planejamento urbano no Brasil afirma que “Os problemas sociais que se manifestam nas cidades se agravam cada vez mais. Não podendo dar resposta a eles, a classe dominante responde com [...] plano diretor.” (1999, p. 227), deixando evidente que os projetos urbanos tendem a favorecer certos grupos e seus interesses.

E ao se destinar o patrimônio cultural somente para usos engessados e com horários comerciais determinando o ritmo de usuários é um modo de fazer da cidade uma vitrine para o turismo, de modo que se homogeniza e rebaixa a memória, escamoteando e mesmo inviabilizando outras que também existem. Compreende-se, nesse sentido, que o entendimento da arquitetura histórica nesta perspectiva é um empobrecimento da cultura enquanto manifestação dos diferentes grupos sociais, da diversidade de usos e pessoas.

4. Considerações finais

Essa forma de produção de cidade e de planejamento urbano tem um caráter centralizador e coloca a cidade em posição de competição dentro do mercado. São os números atrelados ao consumo urbano cultural que vão mostrar se o sistema é coerente com a localidade, divergindo da preocupação real de resolver os problemas locais e não atuando na distribuição de ações equitativas na cidade como um todo. Essas ações deixam de ser participativas e espelham somente um reflexo econômico da cidade e conseqüentemente da região. A cidade se constitui de valores identitários de um povo ou comunidade e a ideia de que a conservação voltada para a musealização da cidade e construção da narrativa local era pensado inicialmente como um feito positivo para as futuras gerações, a população se reconhecer no que foi construído pelos antepassados, como forma “evolutiva” de ocupação espacial, mas que teve o efeito contrário na não identificação e na construção do discurso de degradação.

Quanto à sua relevância no contexto urbano, entende-se que a função social da propriedade urbana é alcançada quando um imóvel ou uma propriedade atende às necessidades da sociedade, e, estando inserido em um sistema capitalista, a estrutura do entorno torna-se competitiva e conseqüentemente especulativa, contrária à sua real finalidade. Quando ocioso, trivialmente para este fim, a função social do imóvel é corrompida. Entende-se também, que para alcançar a função social da propriedade, é necessário que esta atenda às necessidades do proprietário, estando em concordância entre a entidade pública e a entidade privada. Nota-se a partir deste cenário, como parte conseqüente, a precarização da utilização do espaço público, alimentando soluções fracas de subversão do espaço, que não contemplam os atores locais, nem utilizadores centrais, engessando trajetos e usos, colocando em questionamento como equilibrar tantos interesses ao mesmo tempo e evitando a problemática recorrente do local: a expulsão ou dificuldade de acesso efetivo das classes populares a espaços centrais ou mais valorizados.

Quanto à responsabilidade do urbanista no debate do desenvolvimento urbano local, é necessário pôr à luz as necessidades sociais ligadas ao espaço urbano. possível aliar estratégias de fruição urbana com todos os impedimentos do mercado e se adaptando às necessidades e estruturas locais, se utilizando dos instrumentos legais para efetivação do que é exposto no Estatuto da Cidade e considerando os princípios do Direito à Cidade, defendido por Henri Lefebvre.

Compreender que a estrutura da cidade não é um espaço imutável e ao mesmo tempo é testemunho de uma história e de uma permanência de memória urbana por parte dos seus indivíduos é uma linha tênue, sendo necessário sempre o apoio e fomento por parte das políticas de salvaguarda. Desta forma, um dos atuais desafios do Patrimônio Cultural como disciplina é a constante manutenção e conservação, como fomento e difusão da história e identidade local para seus usuários em substância inicial. Então, é concebido o entendimento de que a conformação urbana e paisagística de uma cidade deve se constituir num instrumento democrático para defesa de um espaço público e de multiplicidade de usos.

Referências:

CARDOSO, José Ricardo (2012). **Centros Históricos e seus desafios contemporâneos**. In: III Encontro Baiano de Estudos em Cultura, Bahia. UFRB, 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Centros-Hist%C2%97ricos-e-seus-desafios-contempor%C3%83%C3%87neos.pdf>;

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOMFIM, Valéria Cusinato. O Centro Histórico de São Paulo: a vacância imobiliária, as ocupações e os processos de reabilitação urbana. **Cadernos Metrópole**, [s. l], v. 2, n. 12, p. 27-48, dez. 2004.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010. 376 p;

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 270, de 30 de dezembro de 1986. **Tomba, Como Patrimônio Histórico e Artístico do Município, Conjuntos de Edificações Existentes na Área Central do Território Municipal**. Florianópolis.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014. **Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis**. [S. l.], 17 jan. 2014. Disponível em: <http://planodiretorflorianopolis.webflow.io/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Estado**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGAGNIN, Altair. **Centro Leste de Florianópolis trará conexão entre antigo e contemporâneo, com ou sem Dilma**. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/arquitetura-e-decoracao/centro-leste-de-florianopolis-trara-conexao-entre-antigo-e-contemporaneo-com-ou-sem-dilma/>. Acesso em: 23 maio 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cidade Como Bem Cultural. In: MORI, Victor Hugo. **Patrimônio: Atualizando o Debate**. Brasília: Iphan, 2006. p. 34-76.

MPSC. **Liminar em ação do MPSC suspende de obras no Centro Leste de Florianópolis**. 2021. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/liminar-em-acao-do-mpsc-suspende-de-obras-no-centro-leste-de-florianopolis>. Acesso em: 23 maio 2022.

NDMAIS. **Florianópolis se consolida como polo tecnológico no Brasil e no exterior**. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/tecnologia/florianopolis-se-consolida-como-polo-tecnologico-no-brasil-e-no-exterior/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

NSC. **Obras de revitalização no Centro Leste de Florianópolis atendem a solicitações antigas de comerciantes e moradores; saiba quais são**. 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/obras-de-revitalizacao-no-centro-leste-de-florianopolis-atendem-a-solicitacoes-antigas-de>. Acesso em: 23 maio 2022.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. 463 p.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. in DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.